

How to read Marx

Peter Osborne

New York, Norton, 2006, 136 p.

PEDRO PAULO A FUNARI*

RESENHAS

Peter Osborne é bem conhecido do público brasileiro, marxista britânico, grande estudioso de Walter Benjamin. O livro que acaba de sair em inglês pretende ser uma introdução geral à leitura de Karl Marx, a partir de dez excertos, comentados, in extenso, pelo autor. Trata-se, sempre, de um grande desafio, pois não é nada fácil condensar grandes pensadores em tão exíguo espaço, dificuldade ainda maior pela imensidão e variedade da obra de Marx. O resultado, contudo, é uma obra ao mesmo tempo leve e cortante, em suas análises. Osborne começa, já na introdução, por constatar que o *Manifesto Comunista* de 1848 pode ser considerado o mais influente texto não religioso de todos os tempos e propõe que a leitura é um exercício de contraposição às ortodoxias, tradição central do Iluminismo, com suas raízes, ao menos, em Martinho Lutero. As leituras mais produtivas de Marx, na tradição ocidental, foram Lukács, Gramsci, Benjamin, Horkheimer, Adorno e Althusser, cada

uma delas contra as ortodoxias estabelecidas em seu momento e circunstância. Osborne insere-se nessa esteira e visa a uma prática intelectual trans-disciplinar de crítica.

O livro inicia-se, não por acaso, com um trecho do *Capital* sobre o fetiche da mercadoria, como que a marcar o livro como um todo e a importância tanto das relações econômicas, como da ideologia. Marx mostra como as mercadorias, os objetos, transformam-se em seres vivos, que se relacionam entre si e com os humanos. Cada produto do trabalho torna-se um hieróglifo social. A mercadoria é definida como *ein sinnlich übersinnliches Ding*, literalmente “uma coisa sensível supersensível”, pois condensa qualidades sensíveis e outras insensíveis. O que não é sensível é o valor-de-troca, que aparece como “objetivo”, “sócio-natural”, algo imbuído no próprio objeto. Como diriam Horkheimer e Adorno, a visão iluminista de que a produção da mercadoria é uma confecção racional das matérias primas imbrica-se

* Professor do Departamento de História da Unicamp.

com o mito, na forma do fetichismo das mercadorias. Feitiço, palavra portuguesa, dá bem conta desse caráter mítico.

A seguir, Osborne volta-se para o materialismo como práxis. Lembra que na famosa frase “os filósofos só interpretaram o mundo”, a palavra original alemã, *interpretieren* refere-se à performance, não à compreensão (*verstehen*), usada para os músicos que interpretam uma partitura composta por outrem. Osborne liga Marx à hermenêutica alemã, de Lutero a Schlegel (ca. 1800), assim como a Kierkegaard, Nietzsche e Baudelaire. Mudar o mundo não é apenas seguir a partitura, mas compreender e atuar. Para isso, Marx volta-se para a História (“uma única ciência, a ciência da História”, como aparece na *Ideologia Alemã*). Ser humano, para Marx, é criar novas necessidades e a História é o processo de expansão das necessidades humanas e das forças produtivas correspondentes. A História da humanidade é o estudo da indústria e da troca. Já nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844 o ponto central da produção estava na alienação, termo que encobre dois conceitos diversos e que traduzem duas palavras diferentes em alemão (*Entfremdung*, “tornar estranho, de outrem, estranhamento” e *Entäusserung*, “tornar externo”). O sistema capitalista foi definido como um sistema de estranhamento (ou alienação): alienação da atividade e, por isso, da nossa própria vida social. A privatização da vida em sociedade, tão familiar nas sociedades capi-

talistas, deriva da própria propriedade privada. O capitalismo é a sociedade dos estranhamentos.

A noção de crítica aparece como essencial no pensamento de Marx, que Osborne faz retornar ao auto-conhecimento socrático e à crítica kantiana, mas aplicada ao mundo concreto. Para que a filosofia crítica possa ser realizada, o proletariado deve transformar sua universalidade negativa – na forma de sofrimento – em uma nova forma positiva de humanidade, por meio da consciência de seu papel histórico, de seu potencial de emancipação de toda a humanidade na forma do comunismo. O comunismo é a sociedade sem a alienação, a negação, portanto, da propriedade privada, dos meios de produção privados. O comunismo não priva ninguém de se apropriar dos produtos da sociedade, mas apenas priva a todos do poder de subjugar o trabalho alheio. Essa passagem do capitalismo ao comunismo é uma “elevação” (*Aufhebung*) ou “superação”. Mas antes, o capitalismo é celebrado por Marx como modernidade criativa (e destrutiva) e, segundo Osborne, apresenta no *Manifesto* a burguesia como igual ao capital (“a burguesia, i.e., o capital”), o que mistura o capital impessoal com a burguesia, sempre nacional e histórica.

Isso se deve ao papel de todos os capitalistas que, ao lucrarem, exploram os trabalhadores, pelo que não há capitalismo ético. No embate entre o direito do trabalhador de se reproduzir e do capitalista de extrair mais-valia, preva-

lece, sempre, a força bruta (*Gewalt*), a violência. Esse arbítrio está na origem do capitalismo, no que Marx chamou de acumulação capitalista original (*ursprünglich*, “fonte de onde surge”), traduzida, de maneira menos feliz, por “acumulação primitiva”. Esse processo é essencial: a violenta desapropriação que inicia o capitalismo, como hoje na Europa Oriental e na China. A economia política burguesa atribui o domínio dos meios de produção à poupança e ao trabalho (dos capitalistas, na origem) e a falta de recursos da maioria à preguiça (também na origem). Marx procura mostrar como a acumulação original, fruto da violência, em nada se deve à preguiça de uns e providência de outros. Há quatrocentos anos, na Inglaterra, os cercamentos dos campos comuns (*enclosures*) foram acompanhados da colossal espoliação das propriedades da Igreja Católica, da fraudulenta alienação dos domínios após a Revolução Gloriosa de 1688 e da usurpação das terras feudais e clônicas, transformadas em propriedade privada moderna, tudo sob o signo do mais brutal terrorismo. Esse são os adjetivos fortes usados por Marx no *Capital*. Assim, o processo não foi produto da diligência e da abstinência, mas foi tanto ilegal, nos termos legais de então, como necessariamente violento. Os meios de subsistência do novo camponês foram subtraídos e os proletários foram, assim, forçados ao trabalho assalariado. Osborne nota que o capitalismo não produziu um único processo de

acúmulo original, mas múltiplos, necessários para sua expansão. Isto é o que se passa, em nossos dias, no que foi a União Soviética, na Europa Oriental e na China, em seus processos de acúmulo original violento.

O final do livro lida com uma questão delicada e controversa: o amoralismo da História e o papel do colonialismo. Marx condenava a hipocrisia dos que julgavam os eventos em termos essencialmente morais e considerava que havia possibilidades objetivas a serem avaliadas. Em seus escritos sobre o colonialismo, em particular sobre a Índia, o capitalismo é um progresso ante os impedimentos ao avanço das forças produtivas no sistema tradicional de castas. Desde a descolonização, na década de 1960, esses escritos de Marx têm sido criticados. Osborne declara-se chocado com o quadro de uma Índia pré-colonial como uma sociedade que não muda, sem História, passiva e sem resistências aos sucessivos invasores: é uma visão euro-cêntrica, iluminista, que enfatiza uma perspectiva unilinear do progresso em direção à razão e à liberdade. Contudo, como balanço geral do volume, Osborne propõe que os escritos de Marx são muito mais relevantes, no século XXI, do que muitos pensadores de nossa própria época. Lembra como o site que congrega as obras de Marx e de outros pensadores encontra-se entre os mais visitados (www.marxists.org/archive/marx/index.htm).

Os méritos da obra são muitos, a começar pela imensa capacidade de ar-

ticular os textos originais de Marx com uma pletera de autores anteriores e posteriores. As fontes gregas, romanas e cristãs estão citadas em Marx, mas nem sempre essas matrizes estão inseridas na leitura das obras de Marx. Osborne lembra-nos como a formação intelectual informou e agenciou os argumentos de Marx. Em seguida, em um passo mais ousado, Osborne articula, à sua maneira, Marx a autores tão díspares como Adorno, Kierkegaard, Nietzsche, Said, para citar apenas alguns. São articulações arriscadas, mas sempre baseadas em sua leitura crítica. As críticas do autor a Marx são de diversas índoles, tendo como pano de fundo a abordagem frankfurtiana dos limites estreitos dos possíveis benefícios do capitalismo. Quaisquer que sejam as circunstâncias, o capitalismo leva à sujeição. Procura enfatizar como no próprio Marx encontrava-se uma caracterização das fontes originais do capitalismo na violência, um processo que não está no passado, mas em constante renovação. As misérias da expropriação dos camponeses ingleses transparecem nos processos similares em curso nas periferias do capitalismo. Por fim, mas não menos importante, a abordagem proposta, crítica, permite que o leitor seja induzido, ele também, a tomar posições e ler os originais de Marx e de outros autores em busca de inspiração para a transformação do mundo.

FUNARI, Pedro Paulo A. Resenha de: OSBORNE, Peter. How to read Marx. New York: Norton, 2006, 136 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.24, 2007, p.177-180.

Palavras-chave: Marx; Manifesto comunista; Capital.